

As ocupações das escolas estaduais no Rio Grande do Sul:

O que a juventude tem a ensinar sobre democracia

Aline Aparecida Martini Alvesⁱ

Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT

alinealves@faccat.br

Max Elisandro Ribeiroⁱⁱ

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

max79elisantos@gmail.com

RESUMO: Este trabalho parte da análise do movimento do real observado a partir das ocupações das escolas pelos estudantes da Rede Estadual de Ensino (REE) do Rio Grande do Sul, ocorridas a partir do mês de maio de 2016. Considera-se importante a análise e discussão desse tema, principalmente por sua contemporaneidade uma vez que as ocupações nas escolas da rede pública, em diversas regiões do Brasil, e demais instituições públicas estarem ocorrendo nesse momento, revelando um campo real de observação e estudo e, ainda por tratar de categorias como a democracia e a participação política e da resistência envolvendo, acredita-se que assim esses jovens empoderem-se da percepção de seus papéis históricos e de suas condições de e responsabilidade com a construção e transformação social. Utiliza-se, para tanto, o referencial histórico-crítico marxiano e a categoria contradição para elucidar o processo de construção do empoderamento democrático da juventude, como um exemplo de luta utópica pela direção da sociedade, num processo de correlação de forças contra autoritarismos governamentais e precarização do serviço público.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Escola Pública; Juventude; Ocupações.

*Quando era niño mi abuela me contó la fábula de los ciegos y el elefante.
Estaban los tres ciegos ante el elefante, uno de ellos le palpo el rabo y dijo:*

- Es una cuerda.

Otro ciego acarició una pata del elefante y opinó:

- Es una columna.

Y el tercer ciego apoyo la mano en el cuerpo del elefante y adivinó:

- Es una pared.

Así estamos ciegos de nosotros, ciegos del mundo.

Desde que nacemos nos entrenan para ver nada más que pedacitos.

*La cultura dominante, cultura del desvínculo, rompe la historia pasada
como rompe la realidad presente; y prohíbe armar el rompecabezas.*

Eduardo Galeano

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva mostrar a importância da participação da juventude nas manifestações políticas e democráticas representadas, nesse momento, por meio dos movimentos de ocupação de diversas escolas no Brasil, em particular nas escolas da rede pública estadual do Rio Grande do Sul. Tais ocupações evidenciam a consciência política dos jovens e ainda denunciam a precarização da carreira docente. É importante ressaltar que as ocupações estão ocorrendo no momento em que os professores estaduais do RS decretam o movimento de greve. Os estudantes, conscientes da importância da participação política no

fortalecimento da democracia e na busca por melhores condições de estudo e vida engajam-se na luta pela educação, a estratégia utilizada, a ocupação dos prédios das escolas.

As teias de relações que envolvem o processo histórico da educação brasileira, os conflitos de interesses dentro do Estadoⁱⁱⁱ, as lutas pelo alcance e ampliação da democracia, estiveram presentes na história recente do país. Especialmente, a partir da Nova República é possível identificar temas que permearam as discussões educacionais, tais como: Estado laico X influência da igreja, Estado desenvolvimentista, público X privado, relação capital X trabalho, em que grupos de diferentes matizes ideológicas lutaram pela hegemonia^{iv} e direção da sociedade.

2 EDUCAÇÃO E POLÍTICA NO BRASIL: Breve Contextualização.

A formação dos jovens assume um papel central, visto que estes sujeitos estão nos horizontes das intencionalidades políticas, pois representam as possíveis continuidades de projetos societários, apesar de esta faixa etária ser, em grande parte, secundarizada quando se trata de escolarização e de políticas educacionais voltadas para este público alvo.

Exemplos dessa subalternância de interesses políticos está no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) em que o modelo de desenvolvimento econômico capitalista voltado aos interesses das grandes elites produziu uma geração de jovens mediados pela dualidade estrutural da educação classista: formação propedêutica, geral, para continuidade dos estudos para os filhos dos ricos e formação técnica para o mercado de trabalho para os filhos dos pobres; currículo escolar voltado para *educação moral e cívica e organização social e política brasileira (OSPB)*, em detrimento das disciplinas de Sociologia e Filosofia, retiradas do currículo do 2º Grau^v por representarem risco para a ordem estabelecida, no sentido de serem espaços de problematização da realidade.

Com o desgaste da ditadura no país, a partir do final da década de 1970, a luta dos movimentos estudantis, dos teóricos das universidades brasileiras e pressões populares, a exemplo a campanha das *Diretas Já*, a queda do regime ditatorial propiciou a abertura para a construção de uma nova constituição federal (CF 88), a *Constituição Cidadã*, promulgada em 05 de outubro de 1988, representa um grande avanço na conquista dos direitos universais e na retomada da democracia frágil que o Brasil vivera em tempos anteriores (1946-1964). Para a educação, a CF 88 foi um *divisor de águas* quanto ao período anterior, pois garantiu uma série de direitos que possibilitaram a franca ampliação do acesso e permanência das crianças na escola pública, aumentando significativamente os percentuais de escolarização no ensino

fundamental^{vi}. É importante destacar que a CF 88 define com princípios democráticos o artigo 208, incisos:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)^{vii}.

Essas garantias constitucionais serviram de embasamento legal para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que teve seu percurso de formulação bastante conturbado, passando longos sete anos entre novas versões, embates de ideias conservadoras e progressistas^{viii}, até chegar em sua promulgação em 20 de dezembro de 1996. Considerada por Saviani (1997), como um recuo nos avanços propostos na CF88, haja vista a pouca abertura para temas como a politecnicia^{ix}.

Entretanto a LDBEN em questão inseriu novos elementos, acrescentando outros princípios deveras importantes para a consecução da educação pública, como percebe-se no artigo 3º:

- [...] IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- [...] X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)^x.

A partir destas constatações, é possível depreender que as gerações de jovens que se constituíram após a promulgação da CF88 e da LDBEN 9.394/96 foram *formadas* a partir de tais pressupostos, ainda que fortemente marcados pelos profissionais da educação oriundos de uma escola tradicional, ditatorial e conservadora. O fato é que as gerações dos anos 2000 para cá, mediadas pelas tecnologias digitais, numa sociedade capitalista intrinsecamente desigual, adquire certa autonomia de pensamento e passa a questionar a ordem, até então, inabalável do sistema.

Pode-se afirmar que diversos fatores contribuíram para tal, como o currículo escolar mais diverso e flexível (LDBEN, Art. 26), a inclusão de temas relevantes para a formação cidadã, como meio ambiente, diversidades regionais, retorno das disciplinas de Sociologia e Filosofia no ensino médio (LDBEN, Art. 36, inciso IV, modificado em 2008) como partes fundantes da formação das gerações futuras.

As mídias digitais possibilitaram aos jovens o acesso privilegiado a informações das mais variadas matizes. Dentre elas, o empoderamento gerando a partir da compreensão da centralidade das discussões das economias e políticas neoliberais, tão marcantes em nosso tempo.

Discussões construídas a partir do final da década de 1970 na Inglaterra e Estado Unidos, com Margareth Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente, e na década de 1990 no Brasil, com José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, em que o papel do Estado passa a ser redefinido a partir do pretense diagnóstico neoliberal^{xi} de *crise*, e os partidos políticos signatários de agendas conservadoras, passam a definir a retirada dos direitos duramente conquistados pelas forças de esquerda no país e no mundo ocidental, quais sejam: a diminuição dos direitos trabalhistas, das políticas sociais universais como saúde, seguridade social e educação públicas, etc.

3 JOVENS E DEMOCRACIA: As Ocupações no RS e a Resistência do Estado.

De acordo com o exposto, é possível observar que as retiradas de direitos impactaram fortemente as camadas populares que sobrevivem do trabalho e dependem dessas garantias para manterem-se com o mínimo de qualidade de vida possível. Disso decorre a forte tendência às manifestações da população exigindo que seus direitos fossem cumpridos pelos governantes, como os grandes movimentos ocorridos em diversas partes do país em junho de 2013, cobrando das autoridades um posicionamento frente o abuso de poder das empresas privadas, como no caso do Rio Grande do Sul (RS), quanto ao aumento abusivo no valor das passagens no transporte coletivo.

Além de tantas outras reivindicações de grupos vinculados às causas de raça e de gênero, à retirada de poderes de investigação do Ministério Público (PEC 37/2011), protestos contra a política econômica do governo federal^{xii}, especialmente quanto aos grandes investimentos no evento esportivo da Copa do Mundo de Futebol. Desse grande movimento reivindicatório da população ficaram algumas certezas: 1) o povo percebeu que tem força, visto que muitas das demandas colocadas em discussão foram relativamente atendidas pelos

governos federal e estaduais; 2) milhares de pessoas nas ruas questionando tudo que fosse possível, sem um método adequado, ou seja, sem uma conjunto de ideias discutidos com maior profundidade, tornou as manifestações uma *torre de Babel*^{xiii}; 3) a mídia aberta do país prestou um enorme (des)serviço para a população, insuflando discursos de ódio nas grandes massas, alienando as camadas populares a voltarem-se contra muitas das políticas que as favoreceram e contribuíram para a melhoria das suas condições materiais de vida, quais sejam: acesso aos programas sociais de habitação, redistribuição de renda, investimentos no Sistema Único de Saúde (o que provou a diminuição substancial dos casos de mortalidade e desnutrição infantil, por exemplo).

O fato é que as manifestações de junho de 2013 serviram de fomento para que muitos jovens dessem conta de que a democracia presume a participação da população nas decisões dos rumos da sociedade. Não apenas com aquela pseudodemocracia representativa, em que se elegem pessoas para representar interesses de determinados grupos hegemônicos (como o senado federal na atualidade, com suas bancadas evangélica, ruralista, “da bala” – como menção ao apoio à repressão policial).

Reflexos podem ser percebidos nas ocupações dos estudantes das escolas públicas de diversos estados do país. Um movimento legítimo iniciado pelos estudantes de São Paulo em 2015, contra o fechamento de escolas e/ou zoneamento, acompanhado de diversos estados como Goiás e Rio de Janeiro. Este último, em março de 2016, iniciou a mobilização com estudantes como crítica às políticas de ajustes do governo estadual, retiradas de investimentos na educação, buscando melhorias nas infraestruturas das escolas e em favor da greve dos professores da rede estadual, iniciada dias antes. Segundo reportagem do Jornal Esquerda Diário^{xiv}.

As ocupações são expressões da nova cara da juventude pós-junho de 2013, que adotou como método a radicalização para conseguir a vitória, como os estudantes de São Paulo fizeram ao ocupar suas escolas e as ruas contra o fechamento de suas escolas imposto pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB/RJ). O que os estudantes estão fazendo pode ser a faísca de um movimento combativo e unificado dos estudantes do *Rio*, que seja organizado de forma independente, com suas próprias pautas e que a partir disso inspire trabalhadores e estudantes de todo o país a lutar ocupando seus locais de trabalho, escolas e universidades contra os ajustes neoliberais que vêm sendo implementados.

3.1 As Ocupações no Rio Grande do Sul: Contexto da crise.

No Rio Grande do Sul, com o desmonte dos serviços públicos do Estado promovido, ao longo das últimas décadas e intensificadas no governo Ivo Sartori^{xv}, como parcelamento dos salários dos servidores, atrasos nos repasses dos valores das merendas escolares, sucateamento infraestruturas das escolas, projetos de terceirizações, via PL 44/16^{xvi}, ameaçando a lei de gestão democrática da escola pública, a mobilização do sindicato CPERS^{xvii} contribuiu para que mais de cento e cinquenta escolas do estado fossem ocupadas pelos estudantes a fim de denunciar para a sociedade o caos que a REE/RS passa, exigir melhorias e lutar por uma educação com qualidade, tal como preconiza nossa legislação.

4 CONCLUSÃO

As ocupações dos estudantes iniciaram no mês de maio de 2016, inicialmente na capital do estado e logo o movimento se espalhou por diversas regiões, especialmente nas grandes cidades, como Santa Maria, Bagé, Pelotas, Passo Fundo. Na região metropolitana o movimento foi intenso^{xviii}.

Num processo de correlação de forças, SEDUC, CREs, direções de algumas escolas, parte de comunidades escolares colocaram-se contra o movimento reivindicatório dos jovens estudantes, que estavam, no momento, contestando a *ordem estabelecida*: o conservadorismo, a autocracia, a hierarquização dos poderes, a sociedade de classes, dentro do contexto neoliberal que dissemina a lógica da precarização dos serviços públicos, da culpabilização dos movimentos sociais contestatórios, da responsabilização individual dos jovens pelas mazelas da educação, etc.

Certos relatos dão conta de repressões de violência policial, corte de mantimentos, proibição da utilização dos espaços da escola, assédio moral, falta de espaços para diálogo com os gestores, com total desrespeito pelo preceito constitucional de exercício de cidadania, liberdade e (des)respeito ao pluralismo de ideias, conforme exposto na LDBEN 9.394/96.

No entanto, diversos setores da sociedade contribuíram seja na manutenção das ocupações (alimento, agasalhos, materiais de limpeza, etc.), subsídios de atividades intelectuais diversas (oficinas, palestras, rodas de conversas) dentro da proposta do CPERS do “Doe uma aula^{xix}”, entidades como o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA/RS, apoiando e ratificando a legitimidade das ocupações, e publicamente, exteriorizando que:

RESOLVE, por unanimidade, posicionar-se por meio desta Nota Pública, reconhecendo que a manifestação dos/as alunos/as quanto à ocupação das escolas públicas tem se apresentado como um movimento inovador e propositivo, pacífico, legítimo e importante, inclusive como uma oportunidade de aprendizado e de exercício da cidadania. Pois, as crianças e adolescentes, em meio a um período de profunda crise da sociedade brasileira e de desmandos políticos, despertaram para a ocupação de escolas públicas para reivindicar seus direitos, afirmando que as escolas, ao longo dos anos, não tiveram a necessária atenção do poder público, propiciando a sua precarização sob todos os pontos de vista (Disponível em: <http://cpers.com.br/cedica-rs-reconhece-ocupacoes-das-escolas-como-um-movimento-pacifico-e-legitimo/>) Acesso em: 06 jun. 2016.

Diante do exposto, foi possível perceber que as ocupações nas escolas do RS revelaram que:

- a) a juventude de hoje é mais aguerrida do que se pensava, capaz de colocar em xeque toda uma lógica dominante de poder autoritário;
- b) a democracia frágil vivida no Brasil nos últimos vinte e poucos anos pode ser fortalecida e a escola pública tem um papel primordial nesta conquista;
- c) a gestão democrática da escola, garantida na CF88 e demais dispositivos legais é um instrumento de empoderamento aos que têm menos e, para tanto, deve ser fortalecida, para que as garantias de direitos historicamente conquistados pelos brasileiros não seja surrupiada por uma elite que pretende manter uma hegemonia classista e preconceituosa.

Ao fim e ao cabo, a democracia como *poder popular que emana do povo*, na sua concepção literal, foi exercida pela juventude que ensinou, mesmo que num curto espaço de tempo^{xx}, a sociedade a ouvi-los e respeitá-los. *Ensinam seus professores*, como dizia Paulo Freire.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 05 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 05 jun. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

PERONI, Vera. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: _____; BAZZO, Vera Lúcia; PEGORARO, Ludimar (Org.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 11-24.

ⁱ Pedagoga (ULBRA), Especialista em Gestão Educacional (FACCAT), Mestra em Educação: História e Políticas (UNISINOS), aluna do Programa de Educação Continuada (PEC/PpgEdu/UFRGS). Professora das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT; Professora da rede estadual do Rio Grande do Sul.

ⁱⁱ Licenciado em História (FAPA), Mestre em Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (UFRGS). Professor da rede estadual do Rio Grande do Sul e da Prefeitura Municipal de Viamão.

ⁱⁱⁱ Estado aqui entendido como de classe, burguês, que defende e trabalha para a ampliação do regime econômico capitalista.

^{iv} Hegemonia no sentido Gramsciano de domínio de ideias, preponderância.

^v 2º Grau era a nomenclatura utilizada para designar o que hoje chama-se Ensino Médio. Traz a ideia de graduação, classificação.

^{vi} No entanto, é preciso esclarecer que a década de 1990 no Brasil foi mediada pela influência de organismos internacionais, como o Banco Mundial, que propunha, dentro de suas estratégias para dominação do cenário político e econômico mundial, a atenção especial e investimentos no ensino fundamental, visto que este nível de ensino garantiria a formação de mão-de-obra barata para o mercado de trabalho.

^{vii} Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 05 jun. 2016.

^{viii} Ver SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação**. Campinas: Autores Associados, 1997.

^{ix} Importante discussão introduzida por Saviani na década de 1980 na academia, como um referencial progressista de formação para o domínio intelectual da técnica, como uma alternativa emancipatória à formação dos cursos profissionalizantes da LDB 5692/71, produzia no bojo da ditadura militar do país.

^x Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 05 jun. 2016.

^{xi} Segundo os neoliberais, o Estado está em crise porque gastou demais com as políticas sociais e sua atuação deve ser diminuída, o Estado Mínimo. Mas, segundo Peroni (2006) é um Estado Mínimo para as políticas sociais, mas Estado Máximo para o capital, já que num processo de correlação de forças o capital detém a hegemonia.

^{xii} A Presidência da República era ocupada por Dilma Roussef (PT/RS), da coligação Com a força do Povo, dos partidos PT/PMDB/PMDB/PSD/PP/PR/PROS/PDT/PC do B/PRBO), que mais tarde, veio a ser enquadrada num processo de impeachment que está em andamento no tempo hodierno.

^{xiii} Torre de Babel é uma referência da cultura cristã de uma história em que as pessoas em determinado espaço passaram a falar em diferentes línguas e ninguém conseguia se entender.

^{xiv} Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Primeira-Escola-Ocupada-do-Rio-de-Janeiro-a-faisca-contr-o-ajuste-do-Pezao>> Acesso em: 30 maio 2016.

^{xv} Ivo Sartori (PMDB/RS, coligação O novo caminho para o Rio Grande (PMDB/PSD/PPS/PSB/PHS/PT do B/PSL/PSDC) foi eleito em segundo turno em outubro de 2013, após disputa com Tarso Genro, que concorria a reeleição.

^{xvi} PL 044/2016: Dispõem sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Disponível em: <www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao/tabid/325/SiglaTipo/PL/NroProposicao/44/AnoProposicao/201/origem/Px/Default.aspx> Acesso em 30 maio 2016.

^{xvii} CPERS Sindicato: Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

^{xviii} Nas escolas sob jurisdição da 28ª Coordenadoria Regional de Educação (28ª CRE), que abarca os municípios de Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão e Glorinha, sete escolas foram ocupadas.

^{xix} “Doe uma aula” é uma proposta do CPERS de preenchimento do tempo dos estudantes dentro das ocupações, com atividades de cunho intelectual, com vista a supri-los de conhecimentos necessários à vida.

^{xx} É provável que as ocupações das escolas da rede estadual não sejam mantidas por longo período, vistas as condições materiais precárias de alojamento e os diálogos com o poder público para negociação das reivindicações dos estudantes. Por hora, estão em pleno funcionamento.